

**SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.**

**Adilson Aparecido Bordo<sup>1</sup>**

Nesta obra, que deve ser considerada atual não somente pela sua data de publicação, mas também pelo enfoque, os autores propõem uma leitura teórica da realidade nacional brasileira através do território, a partir de sua história, seu desenvolvimento, seus usos pela sociedade, de seu movimento como conjunto e de suas partes componentes, procurando considerá-lo como a fala privilegiada da nação.

O livro é composto de duas grandes partes, nas quais é retratado o esforço de análise do território na primeira, seguido pela síntese apresentada na segunda.

Inicialmente, os autores procuram mostrar noções de território usado, sinônimo de espaço geográfico, podendo ser definido por uma implantação de infra-estruturas técnicas e culturais historicamente estabelecidas (os sistemas de engenharia), bem como pelo dinamismo da sociedade e da economia.

No segundo capítulo, é apresentada uma sucessão de meios geográficos no Brasil, com a passagem de um meio natural para um meio técnico-científico-informacional, por intermédio das diversas técnicas sociais do uso do território nacional.

Por meio natural ou pré-técnico, entende-se a natureza ainda comandando, direta ou indiretamente, a ação humana, pois as poucas técnicas eram ainda extremamente rudimentares. Os meios técnicos surgem com a mecanização do território, por uma incipiente indústria (produção e circulação) e os primórdios da urbanização. O período técnico-científico é caracterizado, principalmente na década de 1970, por uma revolução das telecomunicações. Já o meio técnico-científico-

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente e bolsista CNPq. E-mail: aahordo@ig.com.br

informacional completa-se, a partir dos anos 70, com o fenômeno da globalização e o grande desenvolvimento da informação e das finanças.

Principalmente na última década, o território brasileiro conhece largas mudanças, em decorrência dos avanços econômicos e sociais. A constituição do meio técnico-científico-informacional, com suas bases materiais fixas, é apresentada no próximo capítulo, com destaque para as infra-estruturas de irrigação e barragens, meios de transporte, instalações de energia elétrica, as refinarias e os dutos, as telecomunicações, bem como os semoventes e insumos ao solo.

No quarto capítulo, é discutido o papel da informação e do conhecimento, principalmente sobre a terra e o tempo meteorológico, com o auxílio de satélites, radares, computadores, dentre outros equipamentos modernos, constituindo-se numa das possibilidades de se dinamizar a economia no novo espaço geográfico técnico-científico-informacional.

Em seguida, os autores preocupam-se em explicar a reorganização do território produtivo brasileiro, apontando os recentes movimentos de descentralização das indústrias, impulsionados pela guerra fiscal entre Estados e Municípios, a modernização da agricultura e as especializações territoriais produtivas.

A produção industrial torna-se mais complexa, estendendo-se para novas áreas da Região Sul e alguns pontos das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. As regiões industriais já consolidadas, tornam-se ainda mais dinâmicas e especializadas e os Estados sulinos, bem como o interior do Estado de São Paulo, são os maiores beneficiados com a desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo.

Já no tocante à agricultura, inovações técnicas e organizacionais concorrem para criar um novo uso do tempo e do solo e novos cinturões agrícolas desenvolvem-se no território, beneficiados pela mecanização, quimização e política de créditos, com predomínio para as culturas de exportação.

No capítulo seis, os autores atentam-se para a idéia de movimento, com um estudo sobre a categoria dos circuitos especiais de cooperação, ou seja, a circulação de bens, produtos e serviços, oferecendo-se, assim, uma visão dinâmica da realidade, apontando a maneira como os fluxos, tanto materiais como capitais, informações, mensagens, ordens, perpassam pelo território. Busca-se explicar também as formas de abastecimento e as topologias de algumas empresas dos diversos setores produtivos da economia.

Com a produção do meio técnico-científico-informacional, os circuitos de cooperação instalam-se em um nível superior de complexidade. A circulação passa a presidir a produção e o capítulo sete vem descrever a multiplicação dos movimentos no território nacional, analisando-se os fluxos aéreos, ferroviários, rodoviários e aquaviários, todos configuradores da geografia do movimento.

O setor financeiro é o objeto de estudo do oitavo capítulo. Na atualidade, nota-se uma revolução nas formas de circulação do dinheiro, em decorrência, por um lado, dos progressos nas telecomunicações, na informática e na eletrônica, aumentando-se a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global, e, de outro, de condições políticas, na forma da desregulamentação dos mercados financeiros, facilitando os fluxos monetários além das fronteiras nacionais.

No capítulo nono, os autores preocupam-se em estudar a dinâmica da população e da urbanização, com ênfase para a evolução demográfica, alfabetização, migrações e assinalando a importância da nova cidade média, das metrópoles e dos processos de involução metropolitana.

A mecanização, e depois a cientificização das áreas rurais, em muito contribuíram para a diminuição da população rural para a cifra de 21,64% da população total do Brasil em 1996. Foram também exploradas as características da população segundo os empregos, novas profissões, a renda, e os níveis de vida do povo, relacionados ao consumo de energia elétrica, equipamentos domésticos, educação, saúde, lazer e cultura nas diversas regiões do território nacional.

Os autores iniciam a segunda parte da obra, no capítulo dez, discutindo a idéia de território utilizado.

Quando se quer definir qualquer pedaço do território, deve-se levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação do homem, isto é, o trabalho e a política. Também devem ser considerados os fixos (imóveis) e os fluxos (móveis). Os primeiros são geralmente constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados.

No capítulo onze, os autores preocuparam-se em elaborar uma revisão da história do território brasileiro, desde os primórdios da colonização portuguesa, passando pelo processo de criação de uma unidade nacional, até o período recente, apontando as relações da dinâmica glo-

balizadora num país de grande superfície territorial como o Brasil, tornando-o um espaço nacional da economia internacional.

A globalização não elimina o passado histórico, mas modifica seu significado e acrescenta novos objetivos e ações. As diferenças e disparidades são agravadas, em parte, pelos novos dinamismos e outras formas de comando e dominação, regidos pelo poder da tecnologia e da informação. A Região Concentrada (Regiões Sul e Sudeste), consolida-se como o verdadeiro pólo da vida econômica nacional.

No entanto, a "lógica do mercado global", atuando automaticamente sobre todos os países, é contestada por representar uma ideologia do crescimento. Os atores desse enredo atribuído ao "mundo" são, na realidade, as empresas com poderes de induzir os Estados a adotar comportamentos que respondam aos seus interesses privados, ainda que isso se dê a partir de uma idéia geral de globalização entendida e aceita como universal. A economia de todos os países conhece um processo mais vasto e profundo de internacionalização, mas com uma base que é nacional e cuja regulação continua sendo nacional, ainda que guiada em função dos interesses de empresas globais, como o observado no caso brasileiro.

No capítulo doze, os autores perfizeram as bases para uma redivisão do Brasil em quatro grandes regiões: uma Região Concentrada (formada pelas Regiões Sudeste e Sul), o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia, permitindo compreender as novas desigualdades territoriais, as zonas de densidade e rarefação, a fluidez e a viscosidade do território, os espaços da rapidez e da lentidão, espaços luminosos e opacos e os espaços que mandam e os que obedecem.

Além da densidade demográfica, é possível, para o território, calcular densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicativas e muitas outras. A fluidez e a viscosidade referem-se às condições de maior ou menor circulação de homens, produtos, serviços, mercadorias, informações etc. pelo território. Nos países de elevada superfície territorial, como no caso do Brasil, o processo de criação de fluidez é seletivo, diferenciado entre as diversas regiões. Os espaços de rapidez são os dotados de melhores vias de transporte (em quantidade e qualidade), com um maior número de veículos privados e modernos e de melhores transportes públicos. Também são aqueles onde se realiza o maior fluxo de vida sócio-econômica. Os espaços luminosos são aqueles melhores dotados de densidades técnicas e informacionais, estando mais propícios a receberem atividades com um maior conteúdo de capital, tecnologia e

organização, em oposição aos espaços opacos. Já os espaços que comandam, seriam os possuidores das mais diversas funções diretoras, regulando uma determinada área territorial.

A urbanização é retomada no capítulo treze, com enfoque ao papel das cidades médias como encruzilhada das verticalidades e horizontalidades e o papel da vida metropolitana.

As cidades oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas. Funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e serviços para elas próprias e para as circunvizinhanças. As cidades médias têm a função principal de fornecer a informação, imediata e próxima, requerida pelas atividades agrícolas modernizadas. Elas comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional, deixando o essencial dos aspectos políticos para as aglomerações maiores, no país ou no estrangeiro, em virtude do papel dessas metrópoles na condução direta ou indireta do chamado mercado global. As grandes cidades são propícias a receber e acolher um imenso número de pobres, oferecendo-lhes alguma espécie de remuneração.

Finalmente, no último capítulo, são propostas questões como as divisões do trabalho superpostas que atuam no território usado, a constituição de um espaço corporativo a partir da lógica das empresas, que cobrem vastas porções espaciais e, sobretudo, o uso competitivo do território, com instabilidades, desvalorizações e revalorizações de nova natureza no território brasileiro.

A obra é enriquecida pela contribuição de oito temas, considerados como estudos de caso, de diversos autores. São eles: *Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira*, de Marcos Xavier; *Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro*, de Cilene Gomes; *Os sistemas de movimento do território brasileiro*, de Fabio Betioli Contel; *Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil*, de Soraia Ramos; *Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços*, de Eliza Almeida; *Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro*, de Lídia Antongiovanni; *A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria)*, de Adriana Bernardes e *uma história de movimentos*, de Maria Angela Faggin Pereira Leite.

Os autores utilizam-se de muitos dados estatísticos para orientar as suas pesquisas, bem como de um conjunto de mapas que ilustra e engrandece os diversos assuntos tratados nessa obra, que procura explorar, de um modo bem amplo, a sociedade brasileira, tomando como base o território brasileiro.

---

## ARRIGHI, Giovanni. A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO. 4ª EDIÇÃO. Petrópolis: Vozes, 1998

Daniel de Souza Medeiros<sup>2</sup>

Em obra anterior - *O longo século XX* (1994), Giovanni Arrighi explorou a concepção *braudeliana* de uma economia estruturada em três andares - o da produção material, o da circulação ou mercado e o das altas finanças.

O trabalho de Arrighi que agora analisamos - *A ilusão do desenvolvimento*, refere-se a uma coletânea de artigos que, em nossa avaliação elucida a sua tentativa de "descer aos andares inferiores". A partir daí, o cerne da análise volta-se para as relações centro-periferia e as relações entre os proprietários dos fatores de produção.

Antes de qualquer consideração acerca dessa análise preliminar da obra de Arrighi, devemos tomar, como referencial balizador desse desafio, dois aspectos, que ele destaca, sobre os **Estados**. O primeiro refere-se ao papel da disputa entre os mesmos pela hegemonia econômica/política mundial. Em segundo lugar, existem diferentes categorias de Estados. A partir destas constatações, pode-se afirmar que os Estados considerados "industrializados" apropriam-se de uma parcela considerável dos benefícios da DIT (Divisão Internacional do Trabalho) e constituem os países do **núcleo orgânico** da economia capitalista mundial. Dentro desse grupo, destacam-se os EUA, Alemanha, França, Japão e Itália entre outros.

---

<sup>1</sup>Aluno do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente e bolsista CNPq. E-mail : dani.geo@bol.com.br.